



Câmara Municipal de Poá

Estado de São Paulo

ATA DA SESSÃO DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE COM SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA SAÚDE REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2021, ÀS 10H NO PLENÁRIO VEREADOR OSVALDO LEITE DANTAS.

No segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às 10h no Plenário Vereador Osvaldo Leite Dantas da Câmara Municipal da Estância Hidromineral de Poá, teve início a reunião com os Senhores Secretários de Saúde, Claudia Cristina de Deus, e de Finanças, Elisangela da Prefeitura de Poá, presidida pelo Senhor Vereador Saulo Dentista, presidente da Comissão permanente de Saúde. A reunião contou ainda com a presença da Senhora Vereadora Jilmara Protetora, membro da Comissão de Saúde, a Vereadora e Secretária da Comissão Patrícia Bin, bem como dos Senhores Vereadores Fábio Suru, Edinho do Kemel, Lucas Ferrari, Emerson Dentinho, Dr. Saul Souza, Márcio da Ranni, Marcílio Duarth, Beto Melo, Welson Lopes, Edevaldo Gonçalves, Fabrício Brasa Chopp e o Presidente da Câmara Municipal Diogo Pernoca. Ausente de forma justificada o Vereador Rogério Mathias. O Senhor Presidente instaurou a sessão explicando que o motivo da convocação da Secretaria da Saúde é a alteração do local de atendimento da pediatria municipal (Pró-criança) para o antigo CEME (Centro de Especialidades Médicas), bem como o encerramento das atividades desde último. Além disso, ressaltou que também foi convidado para a presente sessão, por intermédio do Presente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara, o Secretário da Fazenda Municipal, o qual está ausente. Após, leu o ofício do Senhor Vereador Rogério Mathias justificando sua ausência. Em seguida, lembrou que o motivo da convocação e o questionamento único e de todos os vereadores presentes é o fechamento do CEME (Centro de Especialidades Médicas) e realocação do Pró-Criança (Pediatria Municipal) para o CEME. Assim, a palavra foi passada para a Secretária de Finanças Elisangela que explicou o problema de restrição orçamentária e financeira na cidade. Disse que há um decreto municipal que declara estado de calamidade financeira na cidade, o qual determina a revisão de diversos contratos com vistas a reduzir despesas públicas. E essa determinação está sendo obedecida por todas as Secretarias Municipais, inclusive a Secretaria da Saúde. Exemplificou que as despesas correntes total da cidade para o ano de 2020 foi de 358 milhões, sendo que para 2021 é de 280 milhões. Isso significa que há uma dívida de 77 milhões sem que haja previsão de que a prefeitura poderá pagar. Assim, justifica-se o decreto de calamidade financeira, e o trabalho em conjunto de todos os Secretário Municipais para redução de 25% de todos os contratos públicos. Nesse sentido, também há a determinação no decreto de calamidade de redução de 20% de despesas com funcionários públicos comissionados. Disse também que desde 2018 esse problema de orçamento está presente na cidade, e que a administração anterior começou a trabalhar com o equilíbrio financeiro e orçamentário, mas que não o finalizou.



Câmara Municipal de Poá

Estado de São Paulo

Exemplificou sua fala com a parceria realizada entre a prefeitura e a empresa de telemarketing TMKT, que está prestando um serviço gratuito de ligação aos contribuintes em dívida ativa no município de Poá, com vistas a proporcionar condições de pagamento desses tributos pendentes de pagamento, bem como a implantação do programa simples nacional para facilitar a abertura de empresas na cidade. Ato contínuo o Vereador Edinho questionou que essa parceria deveria ser melhor divulgada, pois a população está reclamando que recebeu essas ligações e acharam que eram golpes. O Vereador Dr. Saul Souza quis indagar a Secretária de Finanças a respeito do decreto de calamidade financeira, mas o Presidente da Comissão o orientou a fazer tal pergunta em momento oportuno, após a fala da Secretária da Saúde. Esta, por sua vez, repassou a palavra para a funcionária Gislene para iniciar a explanação e justificativa que é o motivo principal a convocação. A fala da funcionária começou analisando os orçamentos (Despesa prevista e executada) em anos anteriores da Secretaria da Saúde e ressaltou que nesses anos os orçamentos anuais eram de aproximadamente cem milhões de reais de despesa e que para o corrente ano é de setenta e oito milhões de reais para despesas. Portanto, há um déficit de aproximadamente vinte e cinco milhões. Em relação ao decreto que instaurou situação de calamidade financeira na cidade e determinou a revisão de contratos com empresas que prestam serviços de saúde na cidade, afirmou que a redução de custos e despesas desses contratos ainda não começou, pois é necessária a criação de uma comissão de estudos e de trabalho que irá fazer as tratativas com as respectivas empresas, bem como a edição de uma portaria nomeando os membros dessa comissão. Além disso, aduz que foi em razão da situação de calamidade financeira que a prefeitura optou por mudar o Pró-Criança de lugar, em que pese a população não ache satisfatório o fechamento de equipamentos de saúde. Registrou que o orçamento aprovado para o ano passado foi bem semelhante ao orçamento aprovado para o corrente ano, mas que em razão da pandemia, a cidade de Poá recebeu muito recursos do governo federal que ajudaram a balancear os gastos com a saúde municipal. Embora a prefeitura ainda receber algumas verbas para serem gastas no corrente ano, essas verbas são para despesas específicas, por exemplo, gastos com relação à população em situação de rua, com mulheres gestantes, etc, o que impede o gasto com outras despesas mais urgentes. A palavra foi retomada pela Secretária da Saúde, falando sobre a questão técnica dos contratos com as empresas contratadas para prestar serviços no Pró-Criança. Por exemplo, citou o problema com o contrato de aluguel do raio-x infantil no valor de vinte mil reais e que este contrato encerraria em fevereiro, e que diante do curto espaço de tempo para renova-lo o ou fazer outro contrato, não haveria tempo hábil para isso. Portanto, as crianças teriam que fazer raio-x em outro equipamento público ou mesmo no hospital Municipal, o que sairia do mesmo jeito. Atualmente, em torno de noventa por cento dos funcionários que trabalhavam no Saúde da Criança era pagos por hora-extra, ou seja, a

RSN



Câmara Municipal de Poá

Estado de São Paulo

administração anterior abriu o prédio sem ter uma equipe fixa. Por exemplo, os funcionários do raio-x geravam um custo de sessenta e cinco mil reais por mês somente de hora-extra. A farmácia tinha um gasto de vinte mil reais por mês, somente de funcionário porque não há uma equipe fixa. Isso porque, quando foi feita a inauguração, fizeram a escala somente em cima de hora-extra. Além disso, em razão da unidade funcionar vinte e quatro horas por dia, era obrigatória a disponibilidade de alimentação, e não havia isso no local. Então, a empresa que fornece alimentação ao hospital municipal tinha que disponibilizar também alimentação ao Pró-Criança, o que gerava um custo adicional em torno de vinte mil reais. Havia também despesas com portaria e limpeza, cujo serviço era prestado pela empresa Paineiras. Somados esses serviços havia um custo de sessenta mil reais por mês. E para encerrar, o aluguel do centro de fisioterapia que é de vinte e sete mil reais. No montante total, por ano, chaga-se a um custo de dois milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais. Em conclusão, foram por esses motivos que houve a transferência e que não houve perda de qualidade no atendimento, que nenhum serviço deixou de ser feito. Lembrou que no Pró-Criança não havia nenhum responsável farmacêutico, o que é obrigatório. Com a transferência da pediatria para o CEME, a prefeitura irá economizar com a alimentação, portaria e limpeza, mas que ainda não conseguiu reduzir o gasto com horas-extras. No tocante ao Hospital Municipal Guido Guida também reclamou que nesta unidade não havia separação de atendimento de pacientes com suspeita ou confirmação de COVID-19 dos demais pacientes comuns quando a atual administração tomou posse. Atualmente, com as providências tomadas pela atual gestão, não há contato entre tais pacientes. Outro problema do Pró-Criança, era que não havia contrato para fornecimento de oxigênio. Então, para sanar isso, a prefeitura tinha que fazer o transporte irregular e inadequado de cilindros de oxigênios dentro de um carro comum, o que é perigoso. Pontuou que a transferência do prédio acabou com o problema da demora de aproximadamente dez horas para o munícipe saber de resultados de exames laboratoriais feitos no Pró-Criança. Atualmente, o exame fica pronto em torno de vinte e cinco minutos com a instalação no CEME, pois o laboratório municipal fica dentro do hospital. Na sequência, o Presidente passou a palavra para os Vereadores (as) presentes, iniciando pelo Vereador Saul Souza. Este reformulou sua pergunta, questionando a Secretária de Finanças a respeito de se é ou não obrigatória a redução dos salários dos servidores públicos comissionados da prefeitura e qual é o índice de adesão desses servidores concordando com tal redução, a despeito do decreto de calamidade pública. Em resposta, a Secretária de Finanças Elisângela respondeu que a redução não é obrigatória, ou seja, cabe aos servidores concordarem ou não com essa redução. O Vereador replicou dizendo que o decreto é puramente fictício, e até enganoso, pois dessa maneira não haverá resultado em diminuição de custos com pessoal. Contudo, a Secretária ressaltou que há sim resultados, e que no mês de janeiro já há uma economia com gasto de pessoal em

PSX



Câmara Municipal de Poá

Estado de São Paulo

torno de cento e oitenta mil reais. Se se multiplicar esses valores por doze meses, haverá uma economia de aproximadamente de dois milhões de reais. Com relação a redução de contratos, a Secretária justificou que já foi iniciado o trabalho da prefeitura para revisão deles, inclusive com edição de portaria que nomeou os membros responsáveis por esse trabalho e selecionar os servidores que irão aderir a redução voluntária de salários, mas ainda não houve a efetivação de nenhuma redução. Por fim, o Vereador afirmou que após algumas tratativas com a atual gestão, não há nenhum indicativo de que a prefeitura irá rever o ato que transferiu o prédio do Pró-Criança, e perguntou se houve alguma vistoria do corpo de bombeiros no prédio do CEME. A resposta da Secretária foi negativa. Afirmou que houve a regularização de todos os extintores do Hospital Municipal e do CEME. Por fim, o Vereador registrou que atual gestão não está apresentando uma decisão coerente, não transparente, e que não teve a participação da sociedade em tal decisão, repudiando essa medida da prefeitura. A Secretária da Saúde protestou a fala do Vereador acusando-a e a gestão de tomar essa medida por meros caprichos, ressaltando que essa mudança foi puramente técnica. A palavra foi dada à Vereadora e Membro da Comissão da Saúde Jilmara Protetora, que não fez nenhuma pergunta, mas registrou sua indignação pela alteração do local do atendimento da pediatria. Ato contínuo, a Vereadora e Secretária Patrícia Bin tomou a palavra e solicitou que a Funcionária Jaqueline, coordenadora de assistência farmacêutica, falasse e explicasse a respeito da compra e distribuição de medicamentos na cidade. Em resposta, aduziu que o repasse de verba federal e estadual é diminuta e insuficiente para dar conta de todas as despesas com medicação, que em torno de oitenta por cento dos gastos com medicamentos é proveniente de recursos próprios do município. Registrou que foi em razão do problema financeiro que a Prefeitura optou em atender somente os munícipes de Poá em sua rede de atendimento de saúde pública. Retomou o problema da falta de verbas e exemplificou que em quatorze anos de serviço público nunca viu uma situação tão grave como a atual. Posteriormente o Presidente passou a palavra para o Vereador Márcilio Duarth, que reclamou que ficou indignado com essa mudança da pediatria. Disse que o prédio do Pró-Criança é absolutamente adequado para o atendimento das crianças, e o prédio do CEME não tem condições de atendimento de pediatria. Também solicitou que seja afixado um aviso em frente ao Pró-Criança informando que a pediatria foi transferida, pois soube de um munícipe que compareceu ao local e se deparou com o local fechado. Além disso, questionou a Secretária se haveria a possibilidade de colocar um equipamento de raio-x portátil para uso exclusivo das crianças. Quanto a essa afirmação, a Secretária informou que há um funcionário no antigo Pró-Criança que pode prestar todas as informações para os munícipes que procuram o local. Quanto ao equipamento de raio-x, disse que o equipamento portátil não é recomendado para uso permanente, e sim apenas em situações de emergência, e além de ser ruim para os profissionais e pacientes porque

7/3/17



Câmara Municipal de Poá

Estado de São Paulo

não há proteção em relação a radiação. Posteriormente, o Vereador Edevaldo Gonçalves pontuou apenas que a gestão da prefeitura seja mais transparente em seus atos. O Vereador Beto Melo, com a palavra, afirmou que a prefeitura errou ao mudar o local de atendimento da pediatria municipal. Sugeriu que os demais candidatos à Prefeitura que não ganharam a eleição fizessem sugestões e ajudassem a cidade com ideias para enfrentar esse período crítico de problemas financeiros, para que demonstrem que a posição deles não é meramente política, mas realmente tem intenção de ajudar a cidade. Também fez uma sugestão de levar a farmácia ao local onde é o prédio do Pró-Criança. A Coordenadora Farmacêutica respondeu que a sugestão é inviável, pois há falta de farmacêuticos na cidade, e não há como remanejar algum profissional para uma eventual implantação de uma farmácia no prédio do Pró-Criança. Contudo, está em estudo sim a implantação de uma farmácia satélite neste prédio. Antes de passar a palavra ao próximo Vereador, o Presidente da Comissão Saulo Dentista fez um registro, ante algumas insinuações feitas em rede social a seu respeito, justificando que sabe e segue todas as suas obrigações como Vereador, e que apenas comparece em reuniões se é oficialmente convidado ou comunicado. O Vereador Edinho do Kemel, oficialmente com a palavra, parabenizou a Comissão de Saúde da Câmara pela convocação das Secretárias. Ponderou que, apesar da mudança da sede da pediatria municipal fazer parte do poder discricionário da Prefeitura e ser necessária pela realidade da cidade, tal providência gera muito desgaste e desaprovação social. Afirmou que já na oportunidade da inauguração do Pró-Criança na gestão anterior havia uma previsão de dificuldade de manutenção e permanência do prédio em funcionamento em razão do problema de falta de verbas. Em razão disso, é preciso que todos ponderem as críticas à atual gestão que tem apenas um mês de atuação. Por fim, solicitou que o letreiro do prédio do antigo CEME seja instalado no Pró-Criança e que a Prefeitura compre um novo equipamento de raio-x exclusivo para as crianças para evitar tantas reclamações. A Secretária de Finanças, Elisângela, interveio para responder ao questionamento da parceria entre a empresa de telemarketing, TMKT, e dizer que essa parceria e trabalho desenvolvido por ela foi sim divulgado nas redes sociais, mas que irá pedir para essa informação ser veiculada novamente para evitar equívocos da população. Ato contínuo o Vereador Fábio Suru recebeu a palavra e disse que também foi um dos que ficaram chateados com a mudança da pediatria e solicitou que a Secretária falasse um pouco do funcionamento do CEME. A Secretária ressaltou que o Centro de Especialidades Médicas continua funcionando, mas só que espalhado em alguns postos de saúde da cidade, separados por determinadas especialidades médicas em determinados postos. O Vereador Marcio da Ranni, com a palavra, solicitou que a Secretária de Finanças explicasse a situação de revisão dos contratos de aluguéis de imóveis, bem como sobre eventual transferência da sede da Prefeitura à Praça dos Eventos. A Secretária justificou que não sabe informar com exatidão os dados e valores, pois tal informação

7/3/14



Câmara Municipal de Poá

Estado de São Paulo

é a Secretaria de Administração quem detém. A respeito da transferência da sede da Prefeitura, não soube responder, mas adiantou que tal mudança depende de disponibilidade de verbas. Ato contínuo, a palavra foi dada ao Vereador Lucas Ferrari, que elogiou a atual instalação da pediatria no prédio do CEME, mas não fez nenhum questionamento. Por último, o Vereador Fabrício Brasa Chopp ponderou que a atual gestão herdou problemas sérios de orçamento da administração anterior e perguntou a respeito do pagamento dos funcionários da prefeitura comissionados que foram exonerados. A Secretária de Finanças respondeu que os pagamentos começaram a ser feitos no dia vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte um, e que supõe que todos já devem ter recebidos. O Presente da Comissão começou a leitura de alguns questionamentos feitos pelo Presidente da Câmara Diogo Pernoca. A Secretária da Saúde respondeu que há sim alguns problemas de infraestrutura, inclusive de infiltração, no antigo prédio do Pró-Criança; que a prefeitura que está regularizando o alvará de funcionamento do novo prédio da pediatria municipal; que todos os extintores estão funcionando; que o elevador não comporta o tamanho e espaço de uma maca; que não é necessário subir com os pacientes para os pavimentos superiores, pois a emergência é no térreo; não existe leito de UTI infantil no novo prédio da pediatria municipal, muito menos no antigo prédio; que a principal motivação da mudança do local é uma combinação de problemas financeiros e estruturais, mas que a decisão foi técnica. Com permissão do Presidente, uma munícipe fez algumas perguntas à Secretária e solicitou que o letreiro do nome do prédio do Pró-Criança seja instalado no prédio do CEME. Em resposta as perguntas, registrou que não há guarda-corpo no CEME, mas há no Hospital que pode ser usado pelo atual prédio da pediatria municipal. De qualquer forma será feito um guarda-corpo exclusivo para a pediatria. Por fim, o Presidente da Comissão Saulo Dentista ressaltou que é contra a transferência da pediatria municipal, e que a abertura do Pró-Criança na gestão anterior foi eleitoreira, apesar da medida ter sido bem aceita pela população. Registrou que defende a redução da folha de pagamento de pessoal da prefeitura que está muito além do limite permitido. Solicitou que a Secretaria de Finanças repasse aos Vereadores uma planilha, em momento oportuno, das economias realizadas com a revisão de contratos e de pagamento de pessoal. Nesta ocasião, foi concedido um aparte ao Vereador Edinho do Kemel, que fez um apelo a todos os Vereadores no sentido de conversarem com seus Deputados para conseguir emendas e verbas para o Município de Poá, e que está se preparando para ir a Brasília para tentar a obtenção de recursos para a cidade. O Presidente Saulo Dentista endossou a fala do aparte, e disse que irá conversar com seu Deputado para tentar trazer verbas ao Município. Logo após, a Secretária ponderou que as emendas e verbas deveriam ser destinadas para pagamento de pessoal, e não compras de aparelhos ou de investimentos. A Funcionária Gislene complementou a fala da Secretária para que sejam destinadas emendas de custeio, que podem ser utilizadas para pagamento de

ABJN

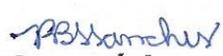


Câmara Municipal de Poá

Estado de São Paulo

peçoal e demais despesas para manutenção de contratos, ações e serviços de saúde, e não emendas de investimento. A Secretária Elisangela foi questionada a respeito de um eventual dinheiro deixado em caixa a disposição da nova gestão. Esta confirmou a existência desses valores, que são de aproximadamente de dois milhões de reais. Porém, também há despesas pendentes de pagamento, o que praticamente anula esses valores deixados. Ponderou que não é possível responder com certeza ao questionamento, pois os relatórios financeiros do mês de dezembro ainda foram analisados e fechados, e que por isso não sabe informar com certeza se realmente esses valores deixarão o caixa da cidade positivo ou negativo. O Presidente Saulo Dentista retomou a palavra e registrou algumas sugestões que a prefeitura deveria fazer, por exemplo, de manter o raio-x infantil para não misturar o atendimento infantil e adulto no Hospital Municipal, e que outras medidas de economia poderiam ser tomadas para compensar esse gasto com a permanência do raio-x. Reiterou que é de suma importância a instalação do letreiro de identificação do Pró-Criança no novo prédio. O Vereador também cobrou a implantação de uma sala de atendimento odontológico infantil em regime de plantão, vinte e quatro horas. Em resposta, a Secretária da Saúde informou que falta um profissional de odontologia para implantar o serviço odontológico, e a respeito do raio-x justificou que para manter esse serviço de raio-x, anualmente, somando as despesas do aluguel do equipamento e as despesas com pessoal para operá-lo, gasta-se em pouco mais de um milhão de reais. Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão.


**Presidente
Saulo Dentista**


**Secretário
Patrícia Bin**


**Membro
Jilmara Kirino Protetora**